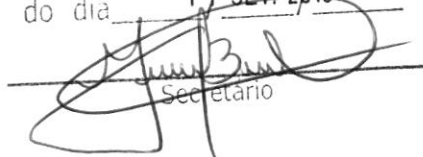


**NOVA REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº. 16, de 11 de setembro de 2018.**

Lido no Expediente da Sessão  
do dia 11 SET. 2018

  
Secretário

**SÚMULA:** Dispõe sobre os honorários de sucumbência da Procuradoria-Geral do Município.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 48 e 69, inciso III, ambos da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação dessa Casa Legislativa o seguinte Projeto de Lei.

**Art. 1º** Fica regulamentado e autorizado o recebimento, o rateio e o repasse da verba honorária advocatícia oriunda dos feitos patrocinados pela Procuradoria-Geral do Município.

§1º Os honorários de que trata esta lei, com natureza privada e alimentar, serão rateados de forma igualitária entre os Procuradores Municipais titulares do cargo efetivo de carreira.

§ 2º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamentação ou ato administrativo que retire do Procurador Público o direito ao recebimento e ao rateio dos honorários advocatícios de que trata esta lei.

§ 3º As verbas de sucumbência não integram:

- I – o subsídio ou a remuneração e não servirão como base de cálculo para adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem pecuniária;
- II – a base de cálculo de contribuição previdenciária.

§ 4º Os valores percebidos a título de honorários não servirão de parâmetro, não influenciarão nos percentuais, nos índices ou na data de reposição da inflação ou de reajuste dos vencimentos, e não incidirão no cômputo do décimo terceiro salário, abono de férias, quinquênio e de qualquer outra vantagem que os Procuradores tenham direito.

**Art. 2º** São verbas honorárias advocatícias:

- I – Os valores fixados a favor da Procuradoria-Geral do Município a título de honorários advocatícios, nos feitos em que é parte o Município de Campo Magro;

II – Os honorários advocatícios decorrentes da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município realizada pela Procuradoria-Geral do Município;

III – Os honorários advocatícios decorrentes de acordos judiciais e extrajudiciais ou concedidos em razão de lei ou sentença.

**Art. 3º** Considera-se em efetivo exercício o Procurador:

I – em gozo de férias;

II – em gozo das seguintes licenças:

- a) para tratamento de saúde e acidente em serviço;
- b) por motivo de gestação, lactação ou adoção;
- c) em razão de paternidade;
- d) por motivo de doença em pessoa da família até o limite de 30 (trinta) dias;
- e) para o aperfeiçoamento profissional, desde que no interesse da Administração;
- f) casamento;
- g) falecimento de cônjuge ou companheiro.

**Art. 4º** Aqueles que ingressam na carreira de Procurador Municipal receberão os valores a partir do segundo mês do exercício do cargo.

**Art. 5º** Os Procuradores inativos participarão do rateio e distribuição dos honorários advocatícios no período de 60 meses, relativos aos processos em tramitação na data da publicação do respectivo ato de desligamento do cargo público.

**Art. 6º** Em caso de demissão ou de exoneração, os Procuradores Municipais perceberão o rateio de honorários até o último dia de trabalho no cargo.

**Art. 7º** Não terão direito ao recebimento de honorários de que trata esta lei os servidores que se enquadrarem nas seguintes situações:

I – provenientes de outros órgãos da Administração Municipal, Estadual ou Federal, cedidos para a Procuradoria-Geral do Município para atuar como titular de cargos em comissão;

- II – Procuradores do quadro de servidores da Procuradoria-Geral do Município cedidos para outros órgãos, municipal, estadual ou federal;
- III – em licença para tratamento de assuntos de interesse particular;
- IV – em licença para campanha eleitoral;
- V – em exercício de mandato eletivo, salvo de vereador;
- VI – em cumprimento de penalidade de suspensão.

**Art. 8º** Os honorários advocatícios deverão ser depositados em conta-poupança de titularidade de todos os integrantes da carreira de Procurador Municipal, criada especialmente para este fim, e será gerida única e exclusivamente pelos Procuradores de carreira.

§ 1º Atingindo o número de 05 (cinco) Procuradores Municipais efetivos no quadro de carreira da Administração Pública Direta, será facultada a criação de associação com fins específicos de administrar tais verbas, cujo procedimento será estabelecido por um estatuto próprio.

§ 2º Até que seja criada a associação que alude o parágrafo 1º, será designado pelos Procuradores efetivos um dentre eles, que será o responsável pelo controle da conta, distribuição, fiscalização do rateio dos valores, bem como possibilitar o acesso a planilha e extratos bancários a todos os integrantes da carreira, mediante assinatura do Termo de Compromisso Anual de Administração de Conta Bancária;

§ 3º Os Procuradores Municipais deverão requerer a expedição de alvará, diretamente para a conta bancária referida no artigo 8º;

§ 4º Ficará sob a responsabilidade de cada Procurador o recolhimento do imposto sobre a renda devido em razão do recebimento dos honorários a que se refere o caput.

**Art. 9º** Os honorários de sucumbência de que trata esta lei serão cobrados/executados junto com o valor principal da ação, ou de forma autônoma através de seus Procuradores que a representam;

§ 1º Compete ao Departamento de Fiscalização e Administração Tributária, quando o devedor estiver com dívida ajuizada e comparecer à sede da Prefeitura para quitar ou

parcelar seus débitos, emitir o respectivo boleto, que conterà, além do valor do débito principal e acessório, o valor dos honorários advocatícios;

§ 2º - Somente com o comprovante de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios é que o crédito poderá ser extinto ou parcelado, excetuando os casos de beneficiários da assistência judiciária;

§ 3º Ocorrendo a compensação, transação, parcelamento e dação em pagamento, não fica afastada a obrigação de pagar os honorários de sucumbência previstos nesta lei.

§ 4º Os honorários de sucumbência serão repassados bimestralmente, com os acréscimos legais, para a conta-poupança acima aduzida.

**Art. 10** Os honorários advocatícios já depositados em conta bancária específica ou em rubrica própria serão transferidos para a conta-poupança acima aduzida.

**Art. 11** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação e será regulamentada através de decreto naquilo que for necessário.

Paço Municipal de Campo Magro, 11 de setembro de 2018.

**Claudio Cesar Casagrande**  
**Prefeito Municipal**

Aprovado em única Discussão  
Por pleno  
Sala das Sessões, 11/SET. 2018  
\_\_\_\_\_  
Presidente

## JUSTIFICATIVA

*Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente*

*e*

*Excelentíssimos Senhores Vereadores:*

A regulamentação do recebimento de honorários de sucumbência pelos procuradores municipais de carreira é uma reivindicação antiga destes

Com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil o direito ao recebimento de honorários de sucumbência por parte dos procuradores de carreira tornou-se uma realidade, cabendo unicamente às unidades da federação a sua regulamentação.

De se reparar que o art. 85 do Novo Código Civil estabelece, em seu art. 85, § 19, que os advogados públicos receberão honorários de sucumbência.

Assim, o recebimento de honorários sucumbenciais é um direito dos ocupantes do cargo efetivo de Procurador do Município, conforme disposição legal acima e ainda de acordo com o que estabelece o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 – que estabelece, em seu art. 3º, ser o “exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil”, ao passo que o art. 22 da mesma lei estabelece que “a prestação de serviço profissional de advocacia assegura o direitos aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo atender a pleito antigo dos procuradores de carreira do Município de Campo Magro, além de fazer cumprir a legislação federal sobre o assunto – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e Novo Código Civil – garantem ao advogado público o recebimento de honorários de sucumbência fixados nos feitos em que atuam.

De todo o exposto, requer-se a esta Egrégia Casa de Leis a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei.

Paço Municipal de Campo Magro,  
em 11 de setembro de 2018.

**Claudio Cesar Casagrande**  
**Prefeito Municipal**